

2019

## POLICY BRIEF

**DESAFIOS EM RELAÇÃO AO FINANCIAMENTO PARA A ADAPTAÇÃO  
ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE**

Virginia Scardamaglia

PONTOS  
DESTACADOS

O financiamento internacional, tanto multilateral quanto bilateral, não é suficiente para enfrentar as ações de adaptação na América Latina. Por esse motivo, os Estados devem promover a geração de investimentos nos níveis nacional e subnacional, através de um orçamento nacional, mas —em particular— incentivando a participação do setor privado a partir dos estágios iniciais do planejamento da adaptação.

**Resumo executivo**

A adaptação às mudanças climáticas na América Latina requer numerosos recursos financeiros; mas os fluxos existentes, especialmente aqueles que provêm de fontes internacionais, tanto multilaterais quanto bilaterais, não são suficientes para atender às necessidades dos países nessa área. Eles enfrentam uma série de dificuldades no acesso ao financiamento internacional: 1) obstáculos ao acesso a doações, ao serem considerados países de renda média ou média-alta; 2) escassez de recursos humanos para o desenvolvimento de projetos; 3) falta de credenciamento de entidades nacionais de acesso direto; 4) esgotamento do limite de financiamento disponível no Fundo de Adaptação.

Além disso, os governos subnacionais têm outras dificuldades adicionais, incluindo a necessidade de ter garantias nacionais ou provinciais para acessar o financiamento internacional. Diante dessa situação, os estados nacionais devem desempenhar um papel central como principais planejadores e investidores em resiliência, podendo criar fundos de adaptação ou criar marcos regulatórios apropriados e incentivos para a participação do setor privado, com instrumentos como microcréditos, seguros e títulos verdes.

**Executive summary**

Adaptation to climate change in Latin America requires numerous financial resources, but the existing flows, mainly from international sources, are not enough to cover the needs of the countries in this area. Countries face a series of difficulties when it comes to accessing international financing: 1) a barrier to access donations, as they are considered as middle or upper-middle income countries; 2) shortage of human resources to develop projects; 3) lack of accreditation of national direct access entities; 4) many countries have reached the financing limit available in the Adaptation Fund.

Likewise, subnational governments have other additional difficulties, including the need to have national or provincial guarantees to access international financing. Faced with this situation, national states must play a central role as the main planners and investors in resilience, being able to create adaptation funds or create appropriate regulatory frameworks and incentives for private sector participation, with instruments such as microcredits, insurance and green bonds.

---

## Introdução

A adaptação às mudanças climáticas na América Latina e no mundo em geral requer numerosos recursos financeiros. A verdade é que os fluxos financeiros existentes não são suficientes para cobrir as necessidades de adaptação dos países. De acordo com o *Relatório sobre a Lacuna Financeira para a Adaptação* (1) para atender às necessidades financeiras e evitar uma lacuna para a adaptação, o financiamento total para adaptação em 2030 teria que ser aproximadamente de 6 a 13 vezes maior que o financiamento público internacional atual. O relatório destaca que os custos de adaptação podem variar entre 140 bilhões e 300 bilhões de dólares até 2030 e entre 280 e 500 bilhões de dólares até 2050.

Nesse contexto, o financiamento disponível em nível internacional prioriza os países africanos, os países menos desenvolvidos (LDCs, por sua sigla em inglês) e as pequenas ilhas em desenvolvimento (SIDs, por sua sigla em inglês), por serem considerados altamente vulneráveis, o que deixa os países latino-americanos relegados —salvo poucas exceções— de muitas oportunidades de financiamento. Este é o caso do Fundo Verde para o Clima, que destina 50% do financiamento para adaptação ao grupo de países mencionados.

Da mesma forma, apesar dos esforços realizados nos últimos anos para aumentar o financiamento da adaptação em relação à mitigação, a diferença de investimentos entre os dois campos permanece enorme, tanto em termos de financiamento público quanto privado. Em relação ao financiamento público internacional, em 2016, o financiamento da adaptação representou apenas 27% das finanças públicas bilaterais fornecidas pela OCDE; 19% dos fundos climáticos multilaterais e 23% das contribuições dos bancos multilaterais de desenvolvimento (2).

---

## Financiamento internacional: obstáculos e aprendizados

No momento de acessar o financiamento, os países da América Latina têm várias opções em termos de fundos climáticos: Fundo de Adaptação; Fundo Verde para o Clima (GCF, por sua sigla em inglês); Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF, por sua sigla em inglês) e bancos multilaterais de desenvolvimento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Banco Mundial (BM); Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), sem contar outras fontes bilaterais ou privadas, que aproveitam em maior ou menor medida para financiar seus projetos.

No entanto, os países enfrentaram uma série de obstáculos ao longo do tempo ao acessar ou implementar esse financiamento, especialmente os fundos climáticos.

## Principais obstáculos de acesso ao financiamento internacional para os governos nacionais

Obstáculo	Causa	Possíveis soluções encontradas e/ou sugeridas
Acesso a financiamento não reembolsável	Ser considerados países de renda média ou média-alta	Solicitação de valores menores quando se trata de doações
Elaboração de projetos	Falta de recursos humanos, tanto em número quanto em capacitação nos temas de mudanças climáticas e desenvolvimento de projetos  Falta de informações de base para sustentar o pedido de financiamento	Maior aproveitamento dos balcões de <i>Readiness</i> e preparação de projetos do Fundo Verde para o Clima  Abertura a outras instituições para o fortalecimento de suas capacidades  Solicitar apoio para entidades regionais ou internacionais credenciadas
Credenciamento de entidades de acesso direto	Processos complexos nos organismos internacionais para instituições governamentais	Credenciamento de fundações ou outros tipos de organizações não estatais  Acesso a fundos através de entidades regionais ou internacionais já credenciadas
Esgotamento de financiamento no Fundo de Adaptação	Limite de financiamento de 10 milhões de dólares americanos por país como regra do Fundo	Apresentação de projetos conjuntos regionais  Análises de aumento do limite de financiamento por parte do Fundo de Adaptação

Fonte: elaboração própria.

A primeira dificuldade para muitos deles consiste em acessar financiamento ou doações não reembolsáveis, uma vez que são considerados países de renda média ou média-alta. Em muitos casos, as doações são direcionadas apenas para o financiamento de estudos técnicos ou processos de planejamento, mas não para a implementação dos projetos em si, como ocorre, por exemplo, com projetos de infraestrutura. Nesse sentido, há dois casos recentes de falha no acesso ao financiamento no GCF em nossa região: Argentina e Paraguai, cujos projetos de solicitação de doações para adaptação por US\$ 22,1 e US\$ 44,5 milhões foram vetados pelo Reino Unido na 18ª Reunião do Conselho do Fundo, realizada entre 30 de setembro e 2 de outubro de 2017 (3). Esse país questionou o “nível de concessionalidade buscado” e “a justificativa do financiamento do GCF”, dado o “status de desenvolvimento e receita” dos dois países. Essa falta de consenso no Conselho do GCF deveu-se à falta de clareza nas regras para a apresentação de projetos no Fundo. No caso do Paraguai, o projeto foi apresentado novamente e finalmente aprovado na quantia de US\$ 25,1 milhões na 19ª Reunião do Conselho do Fundo, que ocorreu entre 26 de fevereiro e 1º de março de 2018 (4).

Em segundo lugar, os países enfrentam obstáculos quando se trata da elaboração dos projetos, principalmente devido à escassez de recursos humanos que podem se dedicar ao seu desenvolvimento, tanto em número quanto em pessoal capacitado em mudanças climáticas ou em desenvolvimento de projetos, bem como em informações de base que podem sustentar a solicitação de financiamento. Uma alternativa seria tirar proveito dos balcões disponíveis, como o do *Readiness* do GCF, no qual os países dispõem de um milhão de dólares anualmente para diferentes ações de fortalecimento institucional e capacitação, e que não está sendo usada em sua totalidade.

Embora alguns países tenham apresentado vários projetos nesse balcão, a maioria não chega a utilizar todos os recursos e perde a parcela anual se não for usada. Uma possível solução reside no fortalecimento,

em primeiro lugar, do vínculo entre os atores que trabalham em adaptação na área com a Autoridade Nacional Designada do país. Nesse sentido, os governos poderiam fortalecer as capacidades de outras organizações não estatais que podem colaborar no desenvolvimento ou elaboração de projetos e até a abertura para uma variedade de ministérios ou entidades governamentais com o mesmo objetivo. Por outro lado, organizações regionais ou internacionais já credenciadas com o Fundo Verde podem ser identificadas e conversas com elas estabelecidas para obtenção de apoio.

Em relação a outros balcões do GCF, os países da região têm disponível o acesso a financiamento de até três milhões de dólares para desenvolver seus Planos Nacionais de Adaptação. Trata-se de um interesse particular do Fundo. Esse balcão foi usado por vários países que já obtiveram esses fundos, como Equador, Argentina, Uruguai, Costa Rica, Colômbia, República Dominicana e Haiti<sup>1</sup>, mas ainda há muito espaço para outros países acessá-los. Da mesma forma, uma linha de financiamento que não é usada pelos países é a correspondente ao Mecanismo de Preparação de Projetos (PPF, por sigla em inglês). Somente países como Equador, Colômbia, Belize ou Paraguai têm projetos aprovados nessa linha, embora se deva levar em consideração que todos eles tratam de questões transversais, envolvendo ações de mitigação e adaptação. Esse balcão apoia a preparação de projetos e programas a serem apresentados ao GCF, mediante financiamento de até US \$ 1,5 milhão, para desenvolver estudos ou documentos, como estudos de viabilidade, estudos ambientais, sociais e de gênero, avaliações de risco, identificação de indicadores de projetos, elaboração de documentos de licitações e estruturação financeira. Uma das condições levantadas é que as propostas de financiamento desenvolvidas com o PPF devem ser submetidas ao Conselho da GFC dentro de dois anos após a aprovação de uma solicitação desse balcão<sup>2</sup>. O uso deste instrumento poderia ajudar a superar a falta de recursos humanos mencionados acima.

<sup>1</sup> <https://www.greenclimate.fund/countries>

<sup>2</sup> [https://www.greenclimate.fund/documents/20182/574766/Guidelines\\_-\\_Project\\_Preparation\\_Facility\\_Guidelines.pdf/f8b62701-a9ca-4b1e-9e23-e671b88abd4](https://www.greenclimate.fund/documents/20182/574766/Guidelines_-_Project_Preparation_Facility_Guidelines.pdf/f8b62701-a9ca-4b1e-9e23-e671b88abd4)

Por outro lado, existem poucos países na região que credenciaram entidades nacionais de acesso direto perante instituições como o Fundo de Adaptação (sete países) e o GCF (nove países)<sup>3</sup>. Isso reside, em grande parte, na dificuldade do processo e nos múltiplos requisitos necessários para ser considerado uma Entidade Credenciada, especialmente na área de experiência no gerenciamento de uma certa quantia de fundos, além de outras questões burocráticas. Alguns países conseguiram superar essas dificuldades técnicas credenciando fundações ou outras organizações não estatais, como o caso da *Fundecooperación* na Costa Rica no Fundo de Adaptação. Essa, por sua vez, poderia ser a solução para outras dificuldades que alguns países encontraram com suas entidades credenciadas diante de mudanças institucionais. É o caso da Argentina que, devido a mudanças na organização do Estado, teve que recredenciar a UCAR —sua Entidade Nacional— e encontrou dificuldades em cumprir alguns dos requisitos previamente atendidos. De todas as formas, devemos ter em mente que os países podem acessar os fundos do GCF através de entidades regionais e internacionais credenciadas, embora desta forma não sejam os próprios países que gerenciam os projetos e os fundos recebidos. Por outro lado, os projetos de *Readiness* não exigem credenciamento de instituições, o que é uma vantagem para muitos países.

Finalmente, um grande número de países atingiu o limite de 10 milhões de dólares que, por país, pode ser solicitado no Fundo de Adaptação. Nesta situação estão Chile, Uruguai, Argentina e Costa Rica (5). Uma das estratégias utilizadas para superar essa barreira tem sido a apresentação conjunta de projetos. Assim, os países que se apresentam a um projeto regional podem acessar US\$ 14 milhões adicionais. Este foi o caso do Chile e do Equador, com um projeto aprovado em 2018 para reduzir a vulnerabilidade e o risco de inundações nas cidades costeiras, e o da Argentina e do Uruguai, que obtiveram a aprovação de um projeto

para reduzir a vulnerabilidade das cidades costeiras do rio Uruguai.

Além da possibilidade de acessar recursos que não seriam possíveis de serem acessados individualmente, os países enfatizaram que os projetos regionais são atendidos com maior interesse pelo Fundo e que podem ajudar a superar algumas lógicas ou barreiras políticas. No entanto, eles também trazem alguns possíveis obstáculos de coordenação ao envolver dois países com lógicas burocráticas próprias. Por outro lado, o Fundo de Adaptação analisou a possibilidade de aumentar o limite de financiamento por país individualmente para 15 ou 20 milhões de dólares e até mesmo estabelecer um limite de três projetos regionais nos quais cada país pode participar (6).

Se falamos de governos subnacionais, nos níveis provincial, estadual, regional ou municipal, o acesso ao financiamento é ainda mais difícil. O primeiro obstáculo é a necessidade de garantias nacionais e / ou provinciais para obter financiamento internacional. O segundo é, como no nível nacional, a falta de recursos humanos treinados e a necessidade de fortalecimento institucional. O terceiro pode residir nas características próprias ou no tamanho de algumas cidades, que por si só não podiam acessar esses recursos. O caminho para superar essa barreira encontrado pela Rede Argentina de Municípios contra as Mudanças Climáticas (RAMCC) se deu em uma soma de esforços, através da criação de um fideicomiso em dezembro de 2018. Mediante esse mecanismo, muitas cidades unidas têm o apoio e a transparência necessários para viabilizar investimentos que não poderiam ser canalizados por um município individualmente. Essa ainda é uma experiência incipiente, mas se espera obter financiamento para as ações de adaptação e também de mitigação, incluídas nos planos de mudanças climáticas locais desenvolvidos no âmbito dessa rede.

<sup>3</sup> Para más información sobre entidades acreditadas ante el GCF: <https://www.greenclimate.fund/how-we-work/tools/entity-directory> Para más información sobre entidades acreditadas ante el Fondo de Adaptación: <https://www.adaptation-fund.org/apply-funding/implementing-entities/national-implementing-entity/>

## O desafio do financiamento em nível nacional e do setor privado

Dado que o financiamento internacional é e será insuficiente para lidar com as ações de adaptação que os países latino-americanos devem enfrentar, os estados nacionais devem desempenhar um papel central como principais planejadores e investidores em resiliência.

Uma das experiências mais destacadas da região é a do Fundo Adaptação da Colômbia, criado inicialmente para atender as áreas afetadas pelos eventos decorrentes do fenômeno La Niña em 2010 e 2011 e que, a partir de 2015, foi habilitado a executar projetos integrais de gerenciamento de riscos e adaptação às mudanças climáticas com uma abordagem multisetorial e regional. O decreto para a criação do Fundo exige que sejam feitos investimentos em nova infraestrutura somente depois de estudos de risco, buscando mitigar os impactos das mudanças climáticas. Até o momento, o Fundo obteve financiamento do orçamento nacional, mas no último período começou-se a trabalhar para canalizar recursos internacionais, entre outros, os do GCF. Isso é possível em virtude de seu decreto de criação, uma vez que o Fundo está habilitado para receber recursos de cooperação internacional, doações do setor privado ou de qualquer setor que deseje contribuir com ele.

A verdade é que o Fundo Adaptação da Colômbia é uma experiência única na região, e sua criação foi possível devido ao grande impacto fiscal e social dos desastres no inverno de 2010-2011, com mais de 3 milhões afetados em todo o país e perdas da ordem de 6,052 bilhões de dólares (7). Embora o Fundo tenha sido criado para lidar com a reconstrução após uma tragédia, a partir de agora se concentrará em ações preventivas para a adaptação às mudanças climáticas.

Mas os estados não têm recursos suficientes para fazer os investimentos necessários, eles também precisam de atores privados para financiar ações de adaptação. Nesse sentido, um dos problemas dos projetos de adaptação é que, em geral, eles não são atraentes para o investimento privado porque reduzem os riscos, mas não geram claramente retornos ou lucro, como os projetos de mitigação. Por outro lado, deve-se levar em consideração que o setor privado possui seus próprios

obstáculos para implementar e financiar ações de adaptação, como a disponibilidade e acessibilidade de dados e informações relacionadas ao clima, ou ambientes de regulamentação e de política propícios ao tratamento dos esforços de resiliência, entre outros (8). Portanto, é necessária uma intervenção do Estado que possa estabelecer incentivos ou um marco regulatório favorável para esses investimentos, tanto no nível do setor produtivo e / ou financeiro, como no nível das famílias, onde existe um grande potencial para explorar pequenas soluções residenciais. O Equador, por exemplo, começou a trabalhar nessa linha com a implementação de sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, por sua sigla em inglês), através da elaboração de um esquema de incentivos que poderia incluir isenções fiscais, reconhecimentos ambientais, licenças, entre outros.

Alguns dos instrumentos que já estão em funcionamento, mas que requerem maior extensão ou escala, são os microcréditos, os seguros e os títulos verdes. O caso dos microcréditos é um instrumento utilizado em vários países da região, para apoiar pequenos produtores, entre outros, na implementação de medidas de adaptação. Isso pode envolver a implementação de sistemas de irrigação ou outras soluções tecnológicas, ou até fornecer pequenas soluções em residências, como reformas habitacionais para evitar perdas perante inundações. Sem dúvida, esses instrumentos de pequena escala têm muito potencial, mas é necessário apoio para subsidiar suas linhas de crédito.

No caso dos seguros, embora existam várias opções de contratação em diversos setores, principalmente na agricultura, incluindo os chamados seguros indexados, ainda há muito a ser explorado, principalmente no nível residencial. O investimento em resiliência geraria menos reclamações para as seguradoras após eventos climáticos extremos, por isso seria conveniente ter um maior envolvimento desse setor, diminuindo os prêmios nas contratações perante ações concretas que os usuários ou produtores possam fazer para reduzir os riscos. Nesse sentido, existem experiências como a desenvolvida pelo programa “Adapta2” da Costa Rica,

que, através do desenvolvimento de instrumentos financeiros, oferece desconto de até 35% nos seguros agrícolas contratados no caso de aplicação de determinadas medidas de adaptação. Outro exemplo é o da InsuResilience Global Partnership, criada em 2017 com o objetivo de fornecer seguro de risco climático para pessoas pobres e vulneráveis nos países em desenvolvimento. Um dos projetos que estão sendo desenvolvidos no Paraguai em cooperação com uma instituição de microfinanças, por exemplo, é o desenvolvimento de um seguro de índice climático baseado em dados de satélite que cubram eventos extremos, como secas ou chuvas excessivas<sup>4</sup>.

Finalmente, outro instrumento que ganhou força nos últimos anos foi a implementação de títulos verdes, embora tenham sido usados principalmente para mitigação, e não tanto para adaptação. Um caso recente que incluiu ambas as categorias foi a emissão pelo Chile de um instrumento no valor de 1,418 bilhão de dólares, sendo o primeiro título verde soberano da América Latina. Esse instrumento financiará uma série de ações em mitigação, como transporte público elétrico e energia renovável, mas também ações em adaptação, como promoção da conservação da biodiversidade, dos recursos marinhos e gestão da água (9). Nesta área, os países latino-americanos têm um longo caminho a percorrer e um grande potencial para aproveitar.

## Recomendações

O financiamento da adaptação nos países da América Latina deveria se concentrar no planejamento tripartido que envolve: 1) acesso ao financiamento internacional; 2) investimentos no nível do orçamento nacional e, inclusive, subnacional; 3) investimentos do setor privado, incluindo residências.

Em relação ao financiamento internacional, os países da América Latina precisam trabalhar no fortalecimento institucional para poder acessar e executar os fundos recebidos de forma eficaz. Alguns balcões de financiamento dentro do GCF, que apontam para o desenvolvimento nesta área, não estão sendo totalmente explorados e poderiam ser trabalhados de forma conjunta com uma variedade de atores e / ou com entidades credenciadas para atingir esse objetivo.

No âmbito do financiamento público nacional, a criação de instrumentos como o Fundo Adaptação da Colômbia, poderia servir para realizar os investimentos necessários, não apenas em infraestrutura, mas também em nível econômico e social, e que poderiam se antecipar aos desastres, evitando perdas milionárias. Da mesma forma, um olhar transversal deve ser incentivado e um olhar de resiliência deve ser incorporado em todos os investimentos, especialmente os de infraestrutura, realizados nos países.

Em relação ao setor privado, o GCF estabeleceu uma série de recomendações para envolver esses atores no planejamento da adaptação, destacando, em primeiro lugar, a necessidade de incorporá-los desde o início deste processo. Entre outras boas práticas, o GCF sugere focar em instrumentos de transferência de risco, apoiar a produção de informações e projeções climáticas e / ou desenvolver propostas de financiamento que atendam lacunas específicas no setor privado. Em algumas soluções apresentadas, promove-se trabalhar com bancos, associações bancárias nacionais e associações de microfinanças para desenvolver avaliações de necessidades que permitam promover investimentos em adaptação, gerando como resultado uma proposta de política para melhorar o ambiente de investimentos em adaptação.

Dessa forma, a soma das três esferas, financiamento internacional, financiamento público nacional e financiamento privado —sobretudo nacional, mas também internacional— poderia ser a melhor combinação para alcançar o financiamento necessário para a adaptação às mudanças climáticas nos países da América Latina.

<sup>4</sup> <https://www.insuresilience.org/projects/>

## Referências

- (1) UNEP (2016). Informe sobre la Brecha Financiera para la Adaptación 2016. UNEP, Nairobi, Kenya.
- (2) UNEP (2018). Adaptation Gap Report 2018. UNEP, Nairobi, Kenya.
- (3) FONDO VERDE PARA EL CLIMA (2017). «Report of the eighteenth meeting of the Board, 30 September-2 October 2017». GCF/B.18/24, 19 de diciembre de 2017. Disponível em: [https://www.greenclimate.fund/documents/20182/820027/GCF\\_B.18\\_24\\_-\\_Report\\_of\\_the\\_eighteenth\\_meeting\\_of\\_the\\_Board\\_30\\_September\\_2\\_October\\_2017.pdf/83c9a310-5b56-4f88-bd0c-402497cee5ee](https://www.greenclimate.fund/documents/20182/820027/GCF_B.18_24_-_Report_of_the_eighteenth_meeting_of_the_Board_30_September_2_October_2017.pdf/83c9a310-5b56-4f88-bd0c-402497cee5ee) (Último acesso: 5 de agosto de 2019).
- (4) FONDO VERDE PARA EL CLIMA (2018). «Report of the nineteenth meeting of the Board, 26 February-1 March 2018». GCF/B.19/44, 25 de junio de 2018. Disponível em: [https://www.greenclimate.fund/documents/20182/953917/GCF\\_B.19\\_44\\_-\\_Report\\_of\\_the\\_nineteenth\\_meeting\\_of\\_the\\_Board\\_26\\_February\\_1\\_March\\_2018.pdf/d478b0b8-2010-95a9-236c-8ce84e098d0c](https://www.greenclimate.fund/documents/20182/953917/GCF_B.19_44_-_Report_of_the_nineteenth_meeting_of_the_Board_26_February_1_March_2018.pdf/d478b0b8-2010-95a9-236c-8ce84e098d0c) (Último acesso: 12 de agosto de 2019).
- (5) FONDO DE ADAPTACIÓN (2019). «Options for criteria for the provision of the financial resources between single-country and regional concrete adaptation projects and programmes», 4 de marzo de 2019. Disponível em: [https://www.adaptation-fund.org/wp-content/uploads/2019/03/AFB.B.33.8.Options-for-criteria-for-the-provision-of-financial-resources-between-single-country-and-regional-concrete-adaptation-projects-and-programmes\\_FINAL.pdf](https://www.adaptation-fund.org/wp-content/uploads/2019/03/AFB.B.33.8.Options-for-criteria-for-the-provision-of-financial-resources-between-single-country-and-regional-concrete-adaptation-projects-and-programmes_FINAL.pdf).
- (6) *Ibíd*
- (7) COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL, 2012). Valoración de daños y pérdidas. Ola invernal en Colombia, 2010-2011. Bogotá. Misión BID - CEPAL. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37958/1/OlainvernalColombiaBIDCEPAL\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37958/1/OlainvernalColombiaBIDCEPAL_es.pdf) (Último acesso: 06/07/19).
- (8) COMITÉ DE ADAPTACIÓN (2019). «Fostering engagement of the agri-food sector in resilience to climate change. Report on the Workshop», 5 de agosto de 2019. Disponível em: [https://unfccc.int/sites/default/files/resource/ac15\\_8a\\_ps\\_report\\_final.pdf](https://unfccc.int/sites/default/files/resource/ac15_8a_ps_report_final.pdf) (Último acesso: 7 de agosto de 2019).
- (9) MINISTERIO DE FINANZAS DE CHILE (2019). «Presentation - Republic of Chile», junio de 2019. Disponível em: <https://www.hacienda.cl/english/public-debt-office/presentations/presentation-republic-of-chile-march.html> (Último acesso: 4 de julho de 2019).

## Anexo // Entrevistas realizadas

- Ignacio Lorenzo, Diretor de Mudanças Climáticas, Ministério da Habitação, Planejamento Territorial e Meio Ambiente, Uruguai.
- Carolina Reyes, Coordenadora do Fundo de Adaptação, Fundecooperación, Costa Rica.
- Soledad Moreiras, Unidade para a Mudança Rural (UCAR), Argentina.
- Andrés Araya Montezuma, Costa Rica Integra, Costa Rica.
- Luis Fierro, consultor e ex-assessor de financiamento da Associação Independente da América Latina e do Caribe (AILAC).
- Jacinto Buenfil, Coordenador do projeto Microfinanças para a Adaptação Baseada em Ecossistemas (MEBA), UNEP.
- Mayté González, Assessora Regional para a América Latina, Fundo Verde para o Clima.
- Alejandro Cejas, Rede Argentina de Municípios frente a Mudanças Climáticas (RAMCC), Argentina.
- Alejandra López, Assessora de Financiamento para a AILAC.
- Nora Paez, Chefe do Departamento de Adaptação, Direção de Mudanças Climáticas, Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Paraguai.
- Daniel Tomasini, Assessor para o governo de Entre Ríos, Argentina.
- Dr. Edgar Ortiz Pabón, Gerente, Fundo Nacional de Adaptação, Colômbia.
- Anibal José Pérez, Subgerente Gestão do Risco, Fundo Nacional de Adaptação, Colômbia.



Este documento faz parte do projeto LatinoAdapta: Fortaleciendo vínculos entre a ciência e os governos para o desenvolvimento de políticas públicas na América Latina, executado pelo Centro Regional de Mudanças Climáticas e Tomada de Decisões - Programa UNITWIN da UNESCO, liderado pela Fundação AVINA e financiado pelo International Development Research Centre (IDRC) do Canadá. O projeto foi implementado em seis países da América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Paraguai e Uruguai.

O Centro Regional de Mudanças Climáticas e Tomada de Decisão ou qualquer pessoa agindo em seu nome não são responsáveis pelo uso que possa ser feito das informações contidas nesta publicação. As opiniões expressas neste estudo são de responsabilidade do autor e não refletem necessariamente os pontos de vista do Centro Regional de Mudanças Climáticas e Tomada de Decisões. As opiniões expressas neste documento são da exclusiva responsabilidade do autor e podem não coincidir com as do centro acima mencionado.



Desafios em relação ao financiamento para a adaptação às mudanças climáticas na América Latina e Caribe by Scardamaglia, V. 2019. Red Regional de Cambio Climático y Toma de Decisiones is licensed under a Creative Commons Reconocimiento-NoComercial 4.0 Internacional License.

## AUTOR

Virginia Scardamaglia

Mestra em Relações e Negociações Internacionais,  
Pesquisadora da FLACSO Argentina.  
vscardamaglia@flacso.org.ar

## EDIÇÃO GERAL

Paula Bianchi

## CORRETOR DE ESTILO

Gerardo Ferreira

## ASSISTENTE DE INVESTIGAÇÃO

Mariana Micozzi

## TRADUTORA

María Noel Melgar

## REVISORES

Pilar Bueno

Paula Ellinger

## DESENHO GRÁFICO

*Hola*

hola@estudiocreativo.com

Policy Brief 2019

LIDERA



COORDENA



FINANCIA

